

RS 3,00

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

QUINTA-FEIRA, 19 de março de 2026

Garantia de produtos

Desenvolvedor do P/MMA

ECA Digital: A infância sob proteção na era das telas

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO - Promotor de Justiça dente da Ass. dos Magistrados do Maranhão

Após chuvas, situação de emergência é declarada em Tuntum



de reinar em Bacabeira



Trem de passageiros da Vale completa 40 anos com anúncio de viagens diárias e internet a bordo

Referência em mobilidade, o Trem de Passageiros da Estrada de Ferro Carajás celebra quatro décadas conectando o Maranhão ao Pará com inovações. A Vale anunciou que, a partir de julho, os usuários terão internet via satélite e, em 2027, as viagens serão diárias. Com 90% de aprovação e tarifas até 60% menores que as do modal rodoviário, o serviço se consolida como um eixo essencial de cidadania, inclusão e sustentabilidade ferroviária nacional.

BASTIDORES



Câmara decidirá futuro de Josimar e Pastor Gil após condenação no STF

Condenados pelo STF os deputados Josimar Maranhão Filho e Pastor Gil foram passivos em desvios de emendas e apesar das penas de reclusão em regime semiaberto, a perda dos mandatos não é automática e caberá à Câmara dos Deputados a palavra final. O colegiado seguiu o entendimento de que o Legislativo deve avaliar a compatibilidade do cargo com o cumprimento da pena.

Emendas para implantar o Passe Livre Estudantil

SHOPPING DA ILHA

SEGUNDA A SEXTA ÀS 20H30
SÁB, DOM E FERIADOS ÀS 15H30 · 18H · 20H30

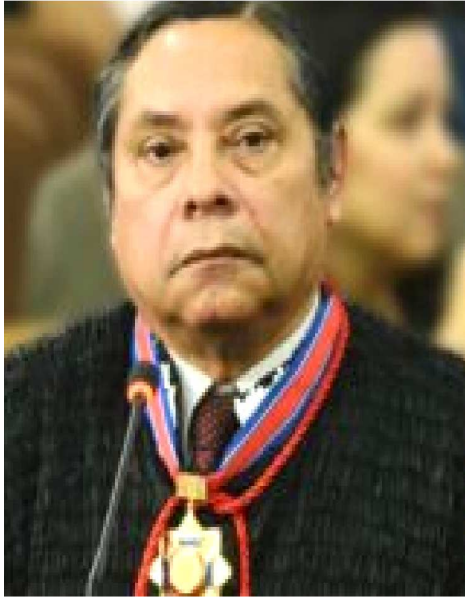


Circo AMERICANO

INGRESSOS: CIRCOAMERICANO.COM.BR

ARTIGO

Garantia dos produtos

TYRONE SILVA
Desembargador do TJ/MA

Tem-se revelado frequentes as preocupações e dissabores do consumidor quanto às garantias que dispõe na aquisição de determinado produto. Ninguém desconhece que no mercado de consumo, sempre na aquisição de qualquer produto, acompanhamo as garantias de sua adequação ao uso e de perfeita funcionalidade e durabilidade. Essa perspectiva, aliás, decorre de lei, já que o Código de Defesa do Consumidor, em vários de seus dispositivos, impõe ao fornecedor entregar ao consumidor produto isento de vícios ou defeitos, notadamente nos arts. 6º, 12, e 18. Da mesma forma, outorga um sistema de garantias para esses produtos, no sentido de que o consumidor não venha a ficar no prejuízo caso adquira algum produto sem as qualidades que lhe devem ser próprias para o seu consumo, como preceitua ainda o art. 24 do mesmo Código.

Dentro desse sistema de garantias que a lei estabelece, contemplam-se também períodos de tempo em que o consumidor pode reclamar dos vícios ou defeitos que constatar, bem como de quando deve ter o seu produto repostos nas condições normais de uso. Assim, na aquisição de qualquer bem, seja ele de longa ou curta duração, seja ele de baixo ou de alto valor, tem o consumidor a garantia de que terá o produto pelo qual pagou o preço em plenas e ideais condições de uso e

funcionalidade. Não obstante, nem sempre é assim tão simples. Ocasionalmente há em que o consumidor percorre verdadeira via crucis para ver seu direito respeitado e em condições de usar e fruir do bem que adquiriu.

Algumas das vezes com elevado sacrifício e, outras, tomado de imensa felicidade e alegria pela conquista alcançada na aquisição de tão almejado bem. Todavia, tem o consumidor todo direito de buscar não só a recomposição do seu bem, como ver reparados os prejuízos que sofreu. Tanto aqueles a título de danos materiais quanto os decorrentes de vexames, constrangimentos, frustrações e decepções, ou seja, também os danos morais a que foi submetido. É obrigação do fornecedor, quando da venda do produto, entregá-lo ao consumidor em reais e perfeitas condições de uso e fruição e devidamente adequado aos fins para os quais foi adquirido.

Cabe-lhe também promover a correção de eventual vício ou defeito ou realizar a troca por outro em perfeitas condições de uso. Não feito isso, tem o consumidor a seu dispor, os caminhos da lei para assegurar a satisfação dos seus direitos. Afora outros dispositivos, estabelecem os arts. 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor, as regras que consubstanciam a proteção do consumidor nesse aspecto.

No primeiro dispositivo (art.18), vem dito que, na eventualidade de vício no produto, o consumidor tem à sua disposição três alternativas caso este, após a sua reclamação, não seja sanado no prazo de 30 (trinta dias). Quais sejam: a) a substituição do produto por outro, nas mesmas características; b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, além de perdas e danos, inclusive morais, eventualmente sofridos; e c) o abatimento proporcional do preço.

O segundo dispositivo (art.26), por sua vez, aduz que o consumidor, no caso da constatação de vício no produto, tem dois tipos de prazos para reclamar. No caso de produto não durável, esse prazo é de 30 dias. No caso de produto durável, tal prazo passa a ser de 90 dias. Tem ainda o consumidor a

alternativa de exigir, de imediato, independentemente daquele prazo de 30 dias, qualquer das três alternativas mencionadas. Isso ocorre quando o vício no produto é de tamanha monta, que inviabilize o seu próprio uso de forma satisfatória ou que se afigure de improvável recuperação plena, como faculta o § 3º do art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

Além desses prazos de garantia, que a lei chama de garantia legal, isto é, a garantia assegurada por lei, existem ainda aqueles prazos de garantia para produtos de valor mais elevado, como um televisor ou um automóvel, chamados de garantia contratual. São aqueles que o próprio fabricante oferece, além da garantia legal. Assim, os prazos para que se apresente qualquer reclamação por vício no produto, subordinam-se, primeiramente, aos ofertados pelo fabricante que, de regra, variam de um ano ou mais. Cumprido este, dispõe-se ainda, do prazo da garantia legal, no caso de 30 dias (para produtos não duráveis) ou de 90 dias (para produtos duráveis).

Convém lembrar que é corrente no comércio de venda a varejo, aquela advertência ao cliente de que dispõe do prazo de 3 dias para reclamar sobre defeitos no produto que adquire, notadamente naquelas compra de produtos consideradas não duráveis e de menor valor, como uma lanterna, um liquidificador, um rádio de pilha, e coisas assim. Essa informação não é correta. Como já mencionado, o prazo mínimo para reclamação é de 30 dias, para qualquer tipo de produto. Apenas naquelas hipóteses de trocas de produtos decorrente de eventual erro de tamanho, peso ou medida, que o próprio consumidor tenha se equivocado ao adquiri-lo, é possível limitar-se esse prazo.

Não isenta a responsabilidade direta, nem do fornecedor, e nem do fabricante do produto, o fato de disponibilizarem serviço de assistência técnica para reparos de seus produtos. Tais prestadores de serviços figuram como seus prepostos. A ausência dessa assistência técnica de forma imediata e de qualidade redireciona os ônus dos danos a esses responsáveis diretos.

ECA DIGITAL:

A infância sob proteção na era das telas

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Promotor de Justiça e Ex-presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, nasceu com a missão de assegurar proteção integral a crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Passadas mais de três décadas, a realidade social se transformou profundamente — e, com ela, os espaços de convivência, interação e também de risco. Hoje, parte significativa da infância e da adolescência se desenvolve no ambiente digital, onde vínculos, afetos, aprendizados, mas também violências e excessos se reproduzem de forma silenciosa, veloz e, muitas vezes, invisível aos olhos dos adultos.

É nesse contexto que surge uma importante conquista. Nesta terça-feira, 17 de março, entrou em vigor a Lei nº 15.211/2025, denominada ECA Digital, também conhecida como “Lei Felca”, um marco normativo que projeta para o universo virtual os princípios já consagrados pelo Estatuto. Trata-se de um avanço civilizatório que coloca o Brasil entre os países mais atentos e comprometidos com a proteção da infância no ambiente online.

A nova legislação estabelece regras inéditas e necessárias: mecanismos de verificação etária, ferramentas obrigatórias de supervisão parental, restrições à publicidade direcionada com base em perfis de crianças e adolescentes, limites à recomendação algorítmica de conteúdos e a possibilidade de retirada extrajudicial de materiais ilícitos ou prejudiciais.

São medidas que dialogam diretamente com a realidade contemporânea e enfrentam um dos maiores desafios do nosso tempo: proteger sem excluir, educar sem negligenciar, regular sem sufocar.

Não se trata de uma lei isolada, mas da evolução natural de um sistema jurídico que já vinha sendo estruturado com diplomas como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, que reconhecem a necessidade de tratamento especial às informações de crianças e adolescentes. O ECA Digital amplia essa proteção, reafirmando direitos fundamentais como a privacidade, a dignidade, a imagem, a segurança e o desenvolvimento saudável.

Mais do que disciplinar o uso de telas ou impor deveres às plataformas, a nova lei reconhece que o ambiente digital deixou de ser um espaço acessório para se tornar um território real de formação, influência e, infelizmente, também de vulnerabilidade. Daí a necessidade de regras mais rigorosas, sobretudo para redes sociais e jogos digitais, ambientes onde crianças e adolescentes estão diariamente expostos a conteúdos nocivos, práticas abusivas e dinâmicas de manipulação comportamental.

A gênese da lei também revela a força da sociedade na construção de respostas institucionais. Sua aprovação ocorreu após forte repercussão de denúncias feitas pelo influenciador Felca, envolvendo exploração e exposição indevida de crianças nas redes sociais, evidenciando que a ausência de regulação eficaz pode abrir espaço para graves violações de direitos.

Casos concretos, que chocaram o país, como o do influenciador Ítalo Santos e seu marido Israel Nata, serviram de alerta e impulsionaram o debate público e legislativo. O casal foi no mês passado condenado há onze anos e quatro meses de detenção.

Entre os avanços mais relevantes, destaca-se a exigência de que contas de usuários menores de 16 anos estejam vinculadas a responsáveis legais, além da obrigatoriedade de disponibilização de ferramentas de controle parental simples e acessíveis. Trata-se de medida que fortalece o papel da família e facilita o acompanhamento da vida digital dos filhos — tarefa que, na prática, já se impõe a muitos pais atentos.

Nesse aspecto, a experiência cotidiana confirma a importância da norma. Em meu ambiente familiar, por exemplo, antes mesmo da vigência da lei, já havíamos adotado mecanismos de controle de uso e restrição de conteúdo, por meio de aplicativos de supervisão. A legislação, portanto, não cria uma realidade artificial, mas institucionaliza uma necessidade já vivida por milhares de famílias brasileiras.

Outro ponto de relevo é o fortalecimento institucional da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que passa a exercer papel ainda mais estratégico na regulação e fiscalização desse novo cenário. Caberá ao Poder Executivo, por meio de regulamentação específica, detalhar aspectos operacionais da lei, inclusive a definição das entidades legitimadas a atuar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital, ao lado do Ministério Público e dos responsáveis legais.

A possibilidade de notificação para retirada de conteúdos nocivos — como exploração sexual, violência, cyberbullying, indução ao suicídio, jogos de azar e pornografia — representa um instrumento ágil e necessário para enfrentar danos que, no mundo digital, se propagam com rapidez devastadora.

O ECA Digital, contudo, não se sustenta apenas na força da lei. Sua efetividade dependerá de uma verdadeira rede de corresponsabilidade. Estado, famílias, escolas, plataformas tecnológicas e sociedade civil precisam atuar de forma integrada, compreendendo que a proteção da infância é um dever coletivo e permanente.

Mais do que um avanço jurídico, estamos diante de um chamado ético. Proteger crianças e adolescentes no ambiente digital é preservar o futuro — é garantir que o desenvolvimento tecnológico caminhe lado a lado com a dignidade humana.

A infância não pode ficar à mercê dos algoritmos. Ela precisa continuar sendo, acima de tudo, um espaço de cuidado, proteção e esperança.

São Luís, quinta-feira, 19 de março de 2026

APÓS CONDENAÇÃO DO STF

Mandatos de Josimar e Pastor Gil na "berlinda"

Câmara Federal decidirá sobre a perda do mandato dos parlamentares, avaliando a compatibilidade entre o exercício do cargo e o regime de cumprimento de pena

SAMARTONY MARTINS

Caberá à Câmara dos Deputados decidir sobre a perda do mandato dos parlamentares federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA) e Pastor Gil (PL-MA), avaliando a compatibilidade entre o exercício do cargo e o regime de cumprimento de pena. A definição ocorre após a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenar, nesta terça-feira (17 de março de 2026), os deputados e outros cinco envolvidos por corrupção passiva em um esquema de desvio de emendas destinadas ao município de São José de Ribamar (MA).

Embora o STF tenha estabelecido as penas, o colegiado seguiu o entendimento de que a palavra final sobre a cassação cabe ao Legislativo. Como a condenação ocorreu em regime inicial semiaberto, a perda do mandato não é automática. O presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmou que a Ca-

sa analisará se as sanções permitem a continuidade das atividades parlamentares. Para que os cargos sejam declarados vagos, a Câmara deve abrir um processo que exige votação por maioria absoluta e escrutínio secreto.

Com base no voto do relator, ministro Cristiano Zanin, a Corte fixou penas distintas para os principais articuladores:

Josimar Maranhãozinho: 6 anos de reclusão em regime semiaberto, além de multa de 160 dias-multa (cada dia-multa equivalente a cinco salários mínimos).

Pastor Gil: 4 anos e 8 meses de reclusão em regime semiaberto e 116 dias-multa.

Bosco Costa (ex-deputado): 5 anos e 4 meses de reclusão em regime semiaberto e 133 dias-multa.

O grupo foi condenado pelo recebimento de propina, mas absolvido da acusação de organização criminosa por falta de provas de uma estrutura estável. Além das prisões, os réus — incluindo João Batista Magalhães,

Antônio José Rocha, Adones Gomes Martins e Abraão Nunes Martins Neto — deverão pagar, solidariamente, R\$ 1,667 milhão por danos morais coletivos. Todos tiveram os direitos políticos suspensos e foram declarados inelegíveis por oito anos após o cumprimento da pena.

A convocação de suplentes só ocorrerá em caso de cassação definitiva ou se o afastamento dos titulares superar 120 dias. Pela ordem de votação do PL no Maranhão em 2022, os primeiros da lista são Paulo Marinho Jr. e Hélio Soares. Já o condenado Bosco Costa, que atualmente é suplente, fica impedido de assumir futuras vagas devido à inelegibilidade.

O desfecho na Câmara pode ser prolongado, visto que os parlamentares possuem direito à ampla defesa perante o Conselho de Ética e a Corregedoria. Caso a Mesa Diretora declare a vacância por impossibilidade de cumprimento do mandato, o rito de sucessão será iniciado imediatamente.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br

Fantasma dos Anões do Orçamento voltou carregado de emendas Pix

Ao vivo e em cores, o fantasma dos "Anões do Orçamento" de 1993, estão de volta, 33 anos depois no Congresso Nacional renovado, mas sem perder as máculas da corrupção que parecem tão singulares no Brasil quanto a floresta da Região Amazônica. As mazelas do orçamento secreto e depois, emendas pix fazem o país relembrar até das barbaridades praticadas pelos "anões do orçamento" no fim do século XX, com a atalhos retirados da Constituição de 1988. As emendas visam a participação dos congressistas na aplicação do orçamento junto nos redutos que representam. Hoje, o mesmo Brasil que se escandalizou com a quadrilha de deputados de estatura baixa, na Comissão Mista de Orçamento, vê tudo se repetir neste quarto de século XXI.

Os deputados federais do PL, Josimar Maranhãozinho (MA), Pastor Gil (MA) e Bosco Costa (SE) foram condenados, por unanimidade da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção passiva, além de outros quatro acusados de desvio de emendas parlamentares. Os ministros Cristiano Zanin (relator), Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Flávio Dino foram unânimes. A exemplo dos "Anões do Orçamento", cujo grupo contavam com Cid Carvalho, do Maranhão, agora, no esquema das emendas Pix, são dois. Pastor Gil e Josimar, o campeão de votos para deputado estadual em 2014, e federal em 2018. Em 2022, fez a esposa, Detinha também ser a mais votada para a Câmara.

Com tanta força política nas urnas, certamente que os eleitores que o têm como "Moral da BR", querem vê-lo provar inocência. Caso contrário, o Estado Brasileiro terá que rever todo o gigantesco aparato tecnológico e humano de controle, fiscalização e segurança do dinheiro público, antes de consumada a corrupção. Sem dúvida, um dos maiores desafios para o eleitor na hora de identificar a qualidade de seus representantes legislativos. As emendas são, na teoria, um atalho para fazer os recursos chegarem aos locais ignorados pelo planejamento de gabinete dos governos, nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. Em 2024, por exemplo, o PL controlado por Josimar, elegeu o maior número de prefeitos no Maranhão, 40, mesmo tendo sido ele ameaçado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, cuja esposa Michelle retirou, naquele ano, o PL Mulher regional das mãos da deputada Detinha e o repassou à vereadora de São Luís, Flávia Berthier. Revoltado por Maranhãozinho não seguir suas diretrizes, Bolsonaro soltou os cachorros em 2024, no seu estilo cansação: "Não pode três ou quatro estragarem nossa vida e usar o nosso nome para a reeleição em 2026, não tem cabimento. São bandidos, um pessoal que tá no Maranhão, pô. Se não são todos é a maioria que tem que ser expurgada."

Dois dos quatro deputados federais do PL maranhense, um suplente do Ceará, e outros quatro acusados pela PGR foram condenados pela 1ª Turma do STF com penas acima de seis anos de prisão por corrupção, em regime semiaberto. Os advogados deles prometem provar na Justiça a inocência dos condenados, com recursos que podem ser dirigidos à mesma 1ª Turma ou perante o pleno do STF. Como o cumprimento da pena é regime semiaberto, agora, caberá à Câmara, via Conselho de Ética, adotar as medidas cabíveis, de cassação ou qualquer outro tipo de punição. Inclusive, nada acontecer.

Como no caso dos "Anões do Orçamento", 33 anos atrás, as emendas parlamentares estão no meio de todas as crises entre o Legislativo e o Executivo em Brasília. É um fantasma que, em 2026, aparece no orçamento federal 2026, transformado na montanha de R\$ 61 bilhões. Há 33 anos, a CPMI dos "Anões" não deu moleza. Pediu a cassação de 18 deputados, dentre os quais, o presidente da Câmara Ibsen Pinheiro. Seis foram cassados, quatro renunciaram, dentre eles, o maranhense Cid Carvalho, e os oito restantes, absolvidos, inclusive Ebsen. Significa que, é da história do passado que o presente retira as lições para moldar o futuro.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Governadores assinam carta pela Amazônia Legal

O 29º Fórum de Governadores da Amazônia Legal foi marcado pela leitura e assinatura, por todos os chefes dos Executivos estaduais da região, da Carta de São Luís — documento considerado estratégico para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. O texto consolida compromissos conjuntos, reforça a governança integrada entre os estados e estabelece diretrizes que colocam a bioeconomia, a regularização fundiária e o combate ao desmatamento como pilares para o crescimento da região.

Realizado na terça-feira (17), em São Luís, o encontro reuniu lideranças estaduais em uma agenda voltada à tomada de decisões e apresentação de resultados. Entre os destaques esteve a criação do Fórum de Turismo da Amazônia, além da apresentação de ações desenvolvidas pelas câmaras setoriais. Foram abordados temas como o projeto regional de regularização fundiária, um posicionamento conjunto para o Plano Safra 2026/2027, apoio à criação da Universidade Federal Indígena e iniciativas integradas de combate a crimes ambientais.

As discussões das câmaras deram continuidade a projetos iniciados na gestão anterior do Consórcio, presidida pelo governador Helder Barbalho, agora com novos encaminhamentos sob a liderança do governador do Maranhão, Carlos Brandão. Segundo ele, uma das novidades é a elaboração de um Plano de Ecoturismo aliado à criação de uma câmara temática específica para o setor, com foco na exploração sustentável da região. O governa-

dor ressaltou ainda a importância da troca de experiências entre os estados em áreas como segurança, educação, saúde, meio ambiente, agricultura familiar e planejamento.

R\$ 52 milhões para municípios do Maranhão

No eixo de desenvolvimento e regularização fundiária, foram firmados acordos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um deles garante investimento superior a R\$ 52 milhões, ao longo de três anos, para fortalecer ações do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) em 85 municípios da Amazônia Legal no estado, dentro do Programa Paz no Campo. Outro anúncio relevante foi o lançamento do Plano de Transformação Ecológica da Amazônia, além de medidas voltadas à prevenção e combate a incêndios florestais, incluindo edital para distribuição de kits com apoio da ONU Brasil e participação do setor privado.

Durante o evento, a coordenadora residente da ONU no Brasil, Silvia Rucks, foi homenageada em sua última participação no cargo. Ela destacou os avanços das parcerias construídas ao longo de cinco anos e ressaltou iniciativas do Maranhão com potencial de replicação internacional, como o programa "Terra para Elas".

No campo internacional, o Fórum também formalizou acordo com a agência alemã GIZ e prestou reconhecimento às embaixadas da França, Alemanha, Noruega e Canadá pelo apoio às ações na região. (SM)

Regularização fundiária

A Carta de São Luís, principal resultado do encontro, estabelece como prioridades para o próximo ciclo a regularização fundiária, melhorias em infraestrutura e logística, além do enfrentamento ao desmatamento. O documento também prevê avanços na agenda indígena, com apoio ao Projeto Ybirá, e na segurança pública, com integração entre os estados no combate aos crimes ambientais.

Representantes internacionais também enfatizaram a relevância da cooperação global. O embaixador da Noruega destacou o compromisso do país em apoiar mecanismos como o Fundo Amazônia e novos instrumentos de financiamento, defendendo que a preservação da floresta deve estar associada à geração de oportunidades sustentáveis para as populações locais.

Nesse contexto, o Maranhão se destaca como ator central, já que 181 dos seus 217 municípios integram a Amazônia Legal, reforçando sua responsabilidade na proteção ambiental. Inserida em uma área que corresponde a 58% do território brasileiro, a Amazônia exerce papel fundamental na regulação do clima, na preservação da água e na manutenção da biodiversidade.

O Fórum também marcou a posse do governador Carlos Brandão como presidente do Consórcio da Amazônia Legal, reforçando o protagonismo do Maranhão na articulação de políticas voltadas à preservação e ao desenvolvimento sustentável da região. (SM)

CÂMARA DE SÃO LUÍS

Emendas para implantar o Passe Livre Estudantil

Durante a sessão, parlamentares anunciaram o direcionamento de recursos próprios para viabilizar a execução do programa que beneficiará milhares de estudantes da Ilha

O Passe Livre Estudantil voltou ao centro do debate na sessão ordinária desta quarta-feira (18) na Câmara Municipal de São Luís. Durante a sessão, a vereadora Flávia Berthier (PL) reforçou que destinou suas emendas discricionárias, integralmente, à execução do Passe Livre, valor que chega a quase R\$ 2 milhões.

O vereador Raimundo Penha (PDT) também anunciou a destinação de R\$ 300 mil em emendas para reforçar o financiamento do programa. O valor se soma a uma indicação já feita pela Comissão de Orçamento da Câmara para o remanejamento de R\$ 15 milhões do orçamento municipal para custear a implantação do benefício aos estudantes.

Tramitação

Em discurso na tribuna, o vereador Marquinhos (União Brasil), autor do projeto que regulamenta o

Passe Livre Estudantil, pediu aos

presidentes das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Orçamento a emissão dos pareceres necessários para que a proposta avance ao Plenário. “Aqui está o projeto. Temos que fazer nossa parte: aprovar, destinar as emendas e dar essa resposta à classe estudantil, esperando que o prefeito sancione a lei”, afirmou.

Raimundo Penha, presidente da Comissão de Orçamento, explicou os entraves para a votação do parecer. Segundo ele, uma reunião da Comissão realizada na terça-feira (17) com o vereador Wendell Martins não chegou a deliberar por falta de quórum, e uma nova data foi marcada para a próxima semana. “Eu não posso coletar assinatura dos colegas, eu preciso de quórum. Enquanto não tiver, não dá para apreciar”, justificou Penha.

A vereadora Flávia Berthier (PL) parabenizou o vereador Marquinhos pela persistência e destacou que a Câmara de São Luís está trabalhando para garantir que o projeto saia do papel. “Eu destinei 100% da minha emenda

discricionária ao Passe Livre porque acredito no projeto. A casa está fazendo sua parte e avançaremos”, declarou.

O projeto segue aguardando os pareceres da CCJ e da Comissão de Orçamento antes de ser pautado para o Plenário.



IMPACTO ECONÔMICO

Governo propõe que estados zerem ICMS do diesel

WELTON MÁXIMO
AGÊNCIA BRASIL

A União propôs que estados e o Distrito Federal zerem temporariamente o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de diesel para conter a alta dos preços dos combustíveis. Em contrapartida, a União se compromete a compensar 50% da perda de arrecadação.

A medida foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), nesta quarta-feira (18).

Órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda, o Confaz teve um encontro virtual para discutir medidas para conter a alta do diesel após o início da guerra no Oriente Médio.

Impacto fiscal

Segundo a equipe econômica, a zeração do imposto pode gerar renúncia de cerca de R\$ 3 bilhões por mês para os estados. Desse total, R\$ 1,5 bilhão seria coberto pelo governo federal.

A proposta prevê que a medida tenha caráter temporário, com validade até 31 de maio. O impacto total pode chegar a R\$ 6 bilhões no período, sendo metade arcada pela União.

Pressão externa

A iniciativa ocorre em meio à disparada dos preços do petróleo no mercado internacional, impulsionada pela guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã. O aumento tem

pressionado os custos do diesel no Brasil, que depende de importações para cerca de 30% do consumo.

Segundo Durigan, o preço do diesel importado tem se descolado do valor praticado no mercado interno, o que pode comprometer o abastecimento

Negociação

A decisão final depende dos governadores e deve ser discutida até o próximo dia 27, quando o Confaz realiza reunião presencial em São Paulo. A proposta surge após resistência inicial de estados a cortes de ICMS sem compensação financeira.

O governo federal afirmou que não pretende impor a medida, como ocorreu em 2022, quando o governo anterior reduziu o ICMS dos combustíveis e deixou para o atual governo compensar, em 2023, os prejuízos dos estados. O número dois da Fazenda destacou a importância do diálogo federativo. “A nossa orientação é fazer isso, caso os estados concordem, porque isso é muito importante para garantir o abastecimento, para discutir essa oferta forte e firme de diesel no País”, declarou o secretário-executivo da Fazenda.

“Esses são os melhores esforços que a gente pode fazer dentro da linha que eu dei: responsabilidade fiscal, responsabilidade com a população, responsabilidade regulatória.”

Outras medidas

A proposta complementa ações já anunciadas pelo governo, como a redução de tributos federais, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento

da Seguridade Social (Cofins) sobre o diesel e subsídios à produção interna.

Além disso, foi aprovado um acordo entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e 21 estados para compartilhamento em tempo real de notas fiscais de combustíveis, com o objetivo de reforçar a fiscalização e coibir abusos de preços.

Segundo Durigan, seis estados – Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e São Paulo – pediram mais tempo para avaliar o acordo com a ANP.

Risco de greve

O tema ganha urgência diante da possibilidade de uma paralisação nacional de caminhoneiros, em meio à alta do diesel. O governo tenta evitar impactos no abastecimento e na inflação, cenário semelhante ao observado na greve de 2018.

A equipe econômica afirma que as medidas buscam equilibrar responsabilidade fiscal com a necessidade de proteger consumidores e garantir oferta de combustível no país.



O Ray-Ban da CPMI

O real motivo que levou o ministro André Mendonça, do STF, a lacrar a sala-cofre da CPMI do INSS é a alta tecnologia usada pelos mais espertos da Casa atrás de informações sobre o “banqueiro” Daniel Vercaro. Os visitantes autorizados – assessores parlamentares e congressistas – deixam, por regra, os celulares com os policiais legislativos. Mas alguns deles, acredite, entraram com óculos com micro-câmeras e gravaram o que queriam em vídeo e fotos. Há informes de que o modelo usado é o Ray-Ban Meta Wayfarer, que hoje custa R\$ 4 mil nas lojas de Brasília. Alertado, o ministro deu a canetada e parou com a diversão.

Moro x Greca

Na disputa pelo Governo, o que se conta nas salas fechadas de Curitiba é que até dia 3 de abril o senador Sérgio Moro (União) se filia ao PL, sob aval do presidente Flávio Bolsonaro. Seu vice será o presidente da FIEP, Edson Vasconcelos. E que o ex-prefeito da capital Rafael Greca sai do PSD rumo ao PP, e terá o apoio da federação União-PP. Levará consigo o deputado estadual Alexandre Curi como vice, pelo União. A conferir.

Lira e Lirinha

Mesmo figurando em 4º lugar nas pesquisas de intenção de voto ao Senado, o ex-presidente da Câmara Arthur Lira não recorreu ao plano B. Lança amanhã sua pré-candidatura ao Senado. O seu filho Álvaro Lira, o “Alvinho”, vai disputar vaga de deputado federal – seguindo os passos do falecido avô e do pai na política.

Poder das redes

Análise da DadoDado Insights sobre a performance online de potenciais candidatos ao Governo de São Paulo aponta disputa acirrada nas redes sociais entre o deputado federal Kim Kataguirí (Missão) e o governador Tarcísio de Freitas (Rep). Eles empataram tecnicamente na liderança do Índice Pêndulo Digital: Kim atingiu 87,9 pontos, enquanto Tarcísio registrou 86,9. Fernando Haddad (PT) foi o 3º com 49 pontos.

Violência no Rio

Não é só a capital Rio de Janeiro que sofre com a violência nos últimos dias, com as operações da PM contra o CV. As disputas territoriais entre milicianos de Seropédica/Nova Iguaçu e Itaguaí, região metropolitana, tiram a paz dos moradores da região. Desde o fim de semana há tiroteios todas as noites. Um dos “chefes” da milícia foi morto nos confrontos, segundo moradores.

Raios-x do RH

Pesquisa da Serasa Experian por suas redes sociais, com 493 pessoas, revela que sete em cada 10 profissionais buscam oportunidades pós-Carnaval. Apenas 15% dos entrevistados pretendem crescer na empresa atual e 9% priorizam a reorganização da rotina. O levantamento reforça o período como marco para transições de carreira no mercado de trabalho. Um desafio para a retenção de talentos nas companhias.

ESPLANADEIRA

#Izu Master Roll, 1º reality de comida japonesa do País, estreia no YouTube. #Karina Rodrigues lança livro “O Ano do Cavalo”, dia 23/3, na Martins Fontes (SP). #Petlove cria Vetlove, plataforma para “cuidar de quem cuida”, para veterinários. #Shopping Grande Rio promove “Caça aos Dinossauros” para crianças no sábado. #Gustavo Malavota é novo CEO da Mola Educação. #Pesquisa Velotax aponta: 56,9% dizem ter finanças organizadas. #Pro Criança Cardíaca realizou ontem palestra sobre arte e emoções.

São Luís, quinta-feira, 19 de março de 2026

SÃO LUÍS

Consumo das famílias apresenta estabilidade

Pesquisa da Fecomércio-MA mostra leve alta da intenção de consumo, mas cenário ainda reflete crédito caro e expansão lenta da renda para grande parte das famílias

A Pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA) em parceria com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), registrou 84,2 pontos em São Luís em fevereiro de 2026, o que representa alta de 1,3% em relação a janeiro. Apesar do avanço mensal, o indicador permanece abaixo da linha de satisfação, que começa nos 100 pontos, sinalizando um cenário de estabilização da confiança do consumidor.

Na prática, isso significa que o consumo das famílias melhorou ligeiramente no início do ano, mas ainda sem força suficiente para indicar uma retomada mais consistente. O índice também reflete a perda de fôlego observada ao longo do segundo semestre de 2025, quando a confiança começou a desacelerar após atingir 90,9 pontos em abril, o melhor resultado desde o período pós-pandemia.

por um movimento gradual de acomodação, encerrando 2025 em 84,8 pontos e iniciando 2026 praticamente no mesmo patamar. Esse comportamento sugere que o consumidor segue cauteloso diante de um ambiente econômico que combina crescimento moderado com crédito caro.



Para o presidente da Fecomércio-MA, Maurício Feijó, o resultado exige leitura estratégica por parte do setor produtivo. “Os dados mostram que há sinais positivos nas expectativas para os próximos meses, especialmente em relação ao mercado de trabalho, mas o orçamento das famílias continua pressionado pelo custo do crédito

e pela recuperação mais lenta da renda. Isso faz com que as decisões de consumo sejam tomadas com mais prudência”, avalia Maurício Feijó.

Os dados mostram que há sinais positivos nas expectativas para os próximos meses, especialmente em relação ao mercado de trabalho, mas o orçamento das famílias continua pressionado pelo custo do crédito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA/MA

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026. A Prefeitura Municipal de Tufilândia - MA, CNPJ: 01.612.631/0001-24, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 13 de abril de 2026, às 10:00hs (Dez horas). Licitação na modalidade Chamada Pública nº 01/2026, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e no art. 14, da Lei nº 11.947/2009, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Edital. A Chamada Pública e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio do Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail prefeituratufilandia@gmail.com ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Tufilândia - MA, na sala da Comissão de Contratação onde poderão ser obtidos e consultados gratuitamente mediante apresentação de mídia gravável (pen-drive), de 2ª a 6ª feira, das 8h às 12h, no endereço Rua do Comércio nº 191, Centro. Tufilândia/MA, 18 de março de 2026. **Henrique Emanuel Ricardo Santos**, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO FALCÃO/MA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026/CPL. PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2026/SEMAF. A Prefeitura Municipal de Fernando Falcão - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade: PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, modo de disputa ABERTO. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação, licenciamento de uso, hospedagem, manutenção e suporte técnico de sistemas informatizados destinados à gestão pública municipal de Fernando Falcão, obedecendo às condições e especificações estabelecidas no ANEXO I (Termo de Referência) do Edital e seus anexos. AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações, e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. DATA DE ABERTURA: 06 de abril de 2026, às 9h (nove horas) horário de Brasília. A sessão pública será realizada através do site <https://bnccompras.com>. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma <https://bnccompras.com>, no Portal de Transparência do Município, www.transparencia.fernandofalcao.ma.gov.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), maiores informações poderão ser consultadas e obtidas no e-mail, cpl.fernandofalcao@hotmail.com. Fernando Falcão - MA, 17 de março de 2026. **Gilmar Maciel Ribeiro**, Pregoeiro.

Arari Clube Social e Recreativo
Fundação: 11 de abril de 1971. DOEMA 5.7.1971

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2026

Por este expediente, e tomando por base a alínea "a" do art. 19 do ESTATUTO DO ARARI CLUBE SOCIAL E RECREATIVO, a diretoria do Arari Clube, neste ato representada pelo seu presidente, o Sr. RAIMUNDO COSME DA SILVA FILHO convoca sócios fundadores, proprietários, beneméritos, honorários e contribuintes a participarem de Assembleia Geral Ordinária, no dia 18 de abril de 2026 (sábado), na sede do Residencial Recepções (RR), a Rua Dr. José Pedro de Sousa, Arari - MA, com o fim de eleger a nova diretoria para o biênio 2026 - 2028. Na realização da Assembleia será admitida participação por procuração, presencial ou virtual, com o uso da plataforma Google Meet ou similar, desde que o associado forneça número de telefone com WhatsApp e e-mail com antecedência mínima de 3 dias à data de realização da Assembleia, para encaminhamento do link, endereços ao e-mail: prof.fernandoceira@gmail.com ou ao WhatsApp: 991952304. O prazo para registro das chapas dos interessados será em até 10 dias após a publicação deste instrumento de convocação, a ser encaminhado à comissão eleitoral ao e-mail: fsmagioladiv@gmail.com e WhatsApp: 984423510. A primeira convocação será às 19 horas, sempre com a metade mais um dos sócios. Em segunda convocação, será feita às 19 horas e 30min, com qualquer número. A pauta da Assembleia versará sobre: 1. Remissão dos sócios em atraso com as prestações sociais, período 2024 - 2026; Prestação de contas da diretoria referente ao período 2024 - 2026; e 3. Outros assuntos. Arari - MA, 18 de março de 2026. Atenciosamente,

RAIMUNDO COSME DA SILVA FILHO
Presidente do Arari Clube

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ - MA

AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 - REGISTRO DE PREÇO - O Município de Coroatá - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 14.133/2021, que a licitação anteriormente publicada no DOM nº 852 do dia 13 de março de 2026, inicialmente marcada para o dia 30 de março 2026 às 09h:00 (nove horas), fica ADIADA e realizar-se-á 09h00min (nove horas) do dia 07 de abril de 2026, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2026 - Registro de Preço do tipo menor preço LOTE, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (PLANTONISTAS E ESPECIALISTAS) PARA ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COROATÁ - MA. A presente licitação será realizada através da Plataforma LICITACOROATA - <https://www.licitacoroatama.com.br/>. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08h00min às 12h00min para consulta grátis, a Sala da Central de Licitação localizada na Praça Jose Sarney, N° 159, Centro - Coroatá/MA bem como no endereço eletrônico <https://coroatama.ma.gov.br/> e <https://www.licitacoroatama.com.br/>. Coroatá/MA, 18 de março de 2026. **SAMYA LIMA OLIVEIRA PINHEIRO** - Secretária Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRA CRUZ - MA

AVISO DE ERRATA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026. No aviso de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2026, Registro De Preços De Serviços De Gerenciamento De Frota, Que Utilize Tecnologia De Cartão Magnético, Com Operação De Sistema Informatizado Via Internet, Por Meio De Rede De Estabelecimentos Credenciados Para O Abastecimento De Combustíveis, publicado no Jornal imparcial no dia 16 de Março de 2026, pag. 7: Onde se Lê: Dia 27 de março de 2026 as 14:30; Lê-se: Dia 06 de abril as 14:30. Primeira Cruz - MA, 17 de março de 2026. **Maria do Amparo dos Santos - Agente de Contratação - Portaria Nº 15/2025.**

Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Graça Aranha - MA

Aviso de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Administrativo nº 06.0403.0001/2026. OBJETO: Registro de preços para Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de ônibus escolar para atender as necessidades do município. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônica. TIPO: Menor Preço por item. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. DATA DE ABERTURA: 07 de abril de 2026 às 09:00 horas. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site <https://www.comprasgracaaranha.com.br/> no dia e horário marcados. Os editais e seus anexos estão à disposição dos interessados na Sala de reunião da CPL, no prédio da Secretaria Municipal de Administração, na São Francisco, s/nº, Centro, Graça Aranha - MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas no portal do Município no Endereço eletrônico <http://transparencia.gracaaranha.ma.gov.br> no site <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>. Esclarecimento adicional no endereço supra, pelo endereço eletrônico pmga.licitacao@hotmail.com ou pelo telefone (99) 3575-1117.

Graça Aranha/MA, 18 de março de 2026.

Antonio Wenner Guimarães Damasceno
Agente de Contratação

Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Graça Aranha - MA

Aviso de Licitações

PPREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Administrativo nº 06.0403.0002/2026. OBJETO: Registro de preços para Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos, materiais e insumos para atender as necessidades do município. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônica. TIPO: Menor Preço por item. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. DATA DE ABERTURA: 02 de abril de 2026 às 09:00 horas. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site <https://www.comprasgracaaranha.com.br/> no dia e horário marcados. Os editais e seus anexos estão à disposição dos interessados na Sala de reunião da CPL, no prédio da Secretaria Municipal de Administração, na São Francisco, s/nº, Centro, Graça Aranha - MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas no portal do Município no Endereço eletrônico <http://transparencia.gracaaranha.ma.gov.br> no site <https://www.comprasgracaaranha.com.br/>. Esclarecimento adicional no endereço supra, pelo endereço eletrônico pmga.licitacao@hotmail.com ou pelo telefone (99) 3575-1117.

Graça Aranha/MA, 18 de março de 2026.

Antonio Wenner Guimarães Damasceno
Agente de Contratação

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

AVISO DE RETIFICAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, CNPJ: 06.191.001/0001-47, através do seu Agente de Contratação, torna pública a RETIFICAÇÃO do Aviso de Licitação publicado no DOEMA, Jornal "O Imparcial" e no Diário Oficial do Município no dia 17/03/2026, referente ao Processo Administrativo nº 18/2026. OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pavimentação asfáltica para o Município de Santa Luzia - MA, sob o regime de empreitada por preço global.

ONDE SE LÊ: Sessão pública marcada para o dia 03/04/2026 às 09:00 (nove) horas.

LEIA-SE: Sessão pública marcada para o dia 13/04/2026, às 09:00 (nove) horas (Horário de Brasília).

MOTIVAÇÃO: Inexistência de expediente administrativo na data anteriormente aprazada (feriado nacional de Sexta-feira da Paixão) e adequação dos prazos legais de publicidade conforme a Lei nº 14.133/2021. O edital retificado permanece disponível no site <https://www.licitasantaluzia.com.br>, ou Portal da Transparência do Município ou poderá ser solicitado através do e-mail licitasantaluzia@gmail.com ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). As demais cláusulas e condições do edital permanecem inalteradas. Santa Luzia/MA, 17 Março de 2026. **Leandro Dutra de Andrade**, Secretário de Gestão e Governo.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores, destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal de Santa Luzia - MA. A sessão será realizada através do Portal Licit Santa Luzia, pelo endereço eletrônico <https://www.licitasantaluzia.com.br/>, com data de abertura agendada para 07 de abril de 2026 às 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.transparencia.santaluzia-ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licit Santa Luzia, <https://www.licitasantaluzia.com.br/> e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): Santa Luzia - MA, 19 de Março de 2026. **Leandro Dutra de Andrade** - Secretário de Gestão e Governo Portaria 004/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Aviso de Republicação no 3525395/2026 - CPL

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP No. 90.015/2026/CPL/PMSL

A Prefeitura de São Luís, por meio da Central Permanente de Licitação, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO-SRP No. 90.015/2026/CPL/PMSL, no dia 01/04/2026, às 09h30min, horário de Brasília, através do [compras.gov](https://www.compras.gov.br), objetivando Registro de Preço a serem consignados em ata para a aquisição de insumos e/ou produtos laboratoriais, para atender as necessidades dos Laboratórios da Rede Municipal de Saúde de São Luís/MA - LACEM-SL. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico <https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1> e/ou no <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. São Luís - MA, 18 de março de 2026. **Joaquim Leandro Carvalho Lobato Nunes Oliveira**, Pregoeiro CPL/PMSL/MA.

São Luís - MA, 18 de março de 2026

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROBERTO
CNPJ Nº 01.612.348/0001-00

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

O Município de São Roberto - MA, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 02/2026, Processo Administrativo nº004/2026, do tipo menor preço global, que tem como o objeto registro de preços para aquisição de materiais de construção, hidráulicos e elétricos para atender as demandas das Secretarias municipais de São Roberto/MA, com data de abertura dia 01/04/2026, às 09h00min. A Licitação será regida pela Lei nº 14.133/21 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Dois Poderes, s/n, Centro, São Roberto, Maranhão, CEP - 65.758-000, ou pelo Tel. (99) 98488-0882; ou pelo e-mail: cpl@saoroberto.ma.gov.br, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL, das 8h às 12h; ou pelo site da Prefeitura de São Roberto/MA/Portal da Transparência: <https://www.saoroberto.ma.gov.br>, ou pelo SINC-Contrata/TCCEMA ou <https://www.licitasaoroberto.com.br/>, ou pelo ou Portal Nacional de Compras Públicas. **Camila Holanda Carneiro** - Pregoeira. São Roberto/MA, 18 de março de 2026.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROBERTO
CNPJ Nº 01.612.348/0001-00

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 03/2026
AVISO

O Município de São Roberto - MA, através de sua Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a Dispensa Eletrônica nº. 03/2026, Processo Administrativo nº 044/2026, do tipo menor preço global, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de kits de enxoval destinados à distribuição para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Município de São Roberto/MA, com data de cadastro de proposta do dia 20/03/2026 ao dia 25/03/2026, sessão a ser realizada no dia 25/03/2026 com etapa de lances das 08h00min às 14h00min. A Licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. O Edital poderá ser consultado na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Dois Poderes, s/n, Centro, São Roberto, Maranhão, CEP - 65.758-000, ou pelo e-mail: cpl@saoroberto.ma.gov.br, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL, das 8h às 12h ou pelo site da Prefeitura de São Roberto/MA/Portal da Transparência: <https://www.saoroberto.ma.gov.br>, ou pelo SINC-Contrata/TCCEMA ou <https://www.licitasaoroberto.com.br/> ou pelo tel: (99) 98488-0882. **Camila Holanda Carneiro** - Agente de Contratação. São Roberto/MA, 18 de março de 2026.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.612.348/0001-00

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 - SRP

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO-MA, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.089.163/0001-79, situado a Praça Senador Bernardino Viana, s/n - centro - São Francisco do Maranhão - Estado do Maranhão, torna público aos interessados, do ramo compatível e pertinente, que fará realizar em 01 de abril de 2026, às 09h00min, na plataforma eletrônica: <https://licitacaoofranciscocoma.com.br/> LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 005/2026 - SRP. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, para atender as necessidades do Município de São Francisco do Maranhão, em conformidade com Termo de Referência, disposto no Anexo I do Edital, sob a regência da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e demais legislações pertinentes. O Edital e seus anexos estão à disposição das 08h00 às 12h00, no endereço da Praça Senador Bernardino Viana, s/n - centro - São Francisco do Maranhão-MA, de segunda a sexta-feira, onde poderão ser consultados/obtidos gratuitamente e poderá ser retirado gratuitamente nos sites: <https://www.saofranciscodomaranhao.ma.gov.br/>, <https://licitacaoofranciscocoma.com.br/>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://app.tcema.tc.br/sinccontrata/mural/procedimento>. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou através do E-mail: cplsaofranciscocoma2025@gmail.com. São Francisco do Maranhão-MA, 17 de março de 2026. **Franciane Mendes de Moura** - Pregoeira.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
CNPJ Nº 01.612.348/0001-00

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 - SRP

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO-MA, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.089.163/0001-79, situado a Praça Senador Bernardino Viana, s/n - centro - São Francisco do Maranhão - Estado do Maranhão, torna público aos interessados, do ramo compatível e pertinente, que fará realizar em 01 de abril de 2026, às 13h00min, na plataforma eletrônica: <https://licitacaoofranciscocoma.com.br/> LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 007/2026 - SRP. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado (serviços e fornecimento de peças) para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São Francisco do Maranhão, em conformidade com Termo de Referência disposto no Anexo I do Edital, sob a regência da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e demais legislações pertinentes. O Edital e seus anexos estão à disposição das 08h00 às 12h00, no endereço da Praça Senador Bernardino Viana, s/n - centro - São Francisco do Maranhão-MA, de segunda a sexta-feira, onde poderão ser consultados/obtidos gratuitamente e poderá ser retirado gratuitamente nos sites: <https://www.saofranciscodomaranhao.ma.gov.br/>, <https://licitacaoofranciscocoma.com.br/>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://app.tcema.tc.br/sinccontrata/mural/procedimento>. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou através do E-mail: cplsaofranciscocoma2025@gmail.com. São Francisco do Maranhão-MA, 17 de março de 2026. **Franciane Mendes de Moura** - Pregoeira.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DA PEDRA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026-SRP

O Município de Lago da Pedra (MA), por meio da Secretaria Municipal de Administração e Serviços Públicos, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: Menor preço global, que será regida pela Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 113/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET (COFFEE BREAK, CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, LANCHE, E DECORAÇÃO DO AMBIENTE) PARA ATENDER AOS ATOS OFICIAIS, REUNIÕES E EVENTOS COM DATA, HORA E LOCAL A SEREM DEFINIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LAGO DA PEDRA - MA. Data e horário do início da disputa: 08 de abril de 2026, às 09h00 (nove horas). Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br. Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e as empresas definidas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Meios de disponibilização do edital: no site do LICITANET (www.licitanet.com.br), PORTAL DA TRANSPARENCIA (<https://lagodapedra.ma.gov.br/acesoainformacao.php>), PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Maiores informações poderão ser obtidas nos dias de expediente das 08h00 às 12h00 horas, no Setor de Licitação do Município de Lago da Pedra - MA, ou ainda através do e-mail: licitacao@lagodapedra.ma.gov.br. Lago da Pedra-MA, 18 de março de 2026. **OTÁNER ALVES VIEIRA**, Secretária Municipal de Administração e Serviços Públicos.

São Luís, quinta-feira, 19 de março de 2026

RELIGIÃO

Dia de São José:
procissão, devoção e fé

Milhares de pessoas, promessas silenciosas e uma tradição que resiste há séculos. No dia do padroeiro do Maranhão, igrejas e paróquias do estado celebram São José

PATRÍCIA CUNHA

Celebrado em 19 de março, o Dia de São José mobiliza milhares de fiéis em todo o Brasil, especialmente na cidade de São José de Ribamar, um dos principais destinos de turismo religioso do Maranhão. Conhecida como cidade balneária e santuário de devoção, o município se transforma durante o período festivo, reunindo peregrinos que chegam para agradecer promessas e renovar a fé.

A devoção a São José, considerado padroeiro dos trabalhadores e das famílias, tem raízes profundas na cultura popular maranhense. Em São José de Ribamar, essa relação se intensifica ao longo de dias de programação religiosa que antecedem a data principal, com destaque para as tradicionais novenas realizadas no Santuário. As celebrações reúnem comunidades inteiras em momentos de oração, cânticos e reflexão, reforçando o sentimen-



DEVOÇÃO A SÃO JOSÉ, CONSIDERADO PADROEIRO DOS TRABALHADORES E DAS FAMÍLIAS

to de pertencimento e espiritualidade coletiva. O ponto alto da festa é a procissão do dia 19, quando a imagem do santo percorre as ruas da cidade acompanhada por uma multidão de fiéis. O trajeto, marcado por emoção e silêncio respeitoso, revela a força da fé que atravessa gerações e mantém viva uma das manifestações religiosas

mais significativas do estado.

No dia do Santo, 19 de março, que é feriado municipal, as missas serão às 6h, 8h30, 11h, 13h e 15h; A procissão será às 16h, com missa solene de encerramento às 18h.

Este ano o novenário teve como tema "A Casa de Nazaré: Santuário de Jesus e Santuário da Família".

Identidade cultural

Além do aspecto espiritual, o festejo também movimentou a economia local. Comerciantes, ambulantes e artesãos encontram na data uma oportunidade de renda, enquanto o fluxo de visitantes aquece o setor turístico da cidade. Restaurantes, pousadas e barracas de praia recebem um público diversificado, que combina fé e lazer em um mesmo destino.

Entre orações, promessas e encontros familiares, o Dia de São José em São José de Ribamar reafirma a identidade cultural e religiosa do povo maranhense. Mais do que uma celebração, o festejo é um testemunho vivo da devoção popular, que resiste ao tempo e continua a reunir multidões em torno da fé e da esperança.

Uma fé que nasceu das águas

A história dessa devoção não começa nas igrejas, mas no mar. Relatos preservados pela tradição oral contam que pescadores da região passaram a atribuir a São José milagres e

proteção em alto-mar. A partir dessas experiências, a fé se enraizou e cresceu, moldando a identidade da cidade de São José de Ribamar.

Com o tempo, a devoção deu origem ao Santuário, hoje epicentro das celebrações. Mas, para muitos fiéis, o verdadeiro santuário não está apenas na estrutura física — está no caminho percorrido, nas histórias compartilhadas, nos gestos repetidos ano após ano.

A estudante Ana Clara Mendes, de 19 anos, cresceu nesse ambiente. "Eu venho desde criança. No começo, era porque minha família trazia. Hoje, eu venho porque preciso. É um momento que faz a gente parar e se reconectar", diz.

Entre os fiéis está a aposentada Maria das Graças Pinto. "Já pedi muita coisa aqui. E também já agradeci muito. Enquanto eu puder andar, eu venho",

Festa para São José

Na Capela de São José das Laranjeiras, localizada no Centro Histórico de

São Luís, o tríduo a São José acontece desde o dia 16. Neste dia 19, o encerramento será marcado por missa e procissão, às 17h, pelas ruas do Centro.

O local constitui um importante testemunho da religiosidade e da formação urbana da capital maranhense durante o período colonial. Embora não seja uma das maiores igrejas da cidade, sua existência revela aspectos significativos da organização social, religiosa e territorial da São Luís dos séculos XVIII e XIX.

Na Paróquia São João Calábria (na Cidade Operária), o festejo iniciado dia 15 se encerra neste dia 19 na Comunidade São José da Sagrada Família (Apaco), com missas e procissão em honra ao Santo. "São José não foi apenas o guardião da Sagrada Família; ele é o testemunho do silêncio que escuta a Deus e das mãos que trabalham por amor. Celebrar o nosso padroeiro é renovar em nossa própria casa a esperança e a proteção que ele dedicou a Jesus e Maria", convida a Paróquia.

BARRA DO CORDA
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDAEXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 525/2026 – Barra do Corda/MA. O MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que, nos termos do art. 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, o Sr. JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO, Secretário Municipal de Educação, RATIFICOU a Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026, com fulcro na justificativa técnica e pareceres constantes nos autos do Processo Administrativo nº 525/2026 – PMBDDC/MA. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de livros didáticos para as crianças da educação infantil (creche/pré-escola) da rede pública de ensino, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Barra do Corda – MA. Contratada: OPÇÃO COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.723.526/0001-26. Valor global de R\$ 2.377.738,00 (dois milhões, trezentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais). Fundamento Legal: Art. 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: Barra do Corda (MA), 16 de março de 2026. ASS: JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO. CARG: Secretário Municipal de Educação/Barra do Corda – MA.

BARRA DO CORDA
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDAEXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 526/2026 – Barra do Corda/MA. O MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que, nos termos do art. 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, o Sr. JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO, Secretário Municipal de Educação, RATIFICOU a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026, com fulcro na justificativa técnica e pareceres constantes nos autos do Processo Administrativo nº 526/2026 – PMBDDC/MA. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de livros didáticos para as avaliações externas para o fundamental I e II da rede pública de ensino, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Barra do Corda – MA. Contratada: OPÇÃO COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.723.526/0001-26. Valor global de R\$ 2.620.715,00 (dois milhões, seiscentos e vinte mil, setecentos e quinze reais). Fundamento Legal: Art. 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: Barra do Corda (MA), 13 de março de 2026. ASS: JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO. CARG: Secretário Municipal de Educação/Barra do Corda – MA.

SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃOAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 – SRP

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO-MA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.089.163/0001-79, situado a Praça Senador Bernardino Viana, s/n – centro – São Francisco do Maranhão – Estado do Maranhão, torna público aos interessados, do ramo compatível e pertinente, que fará realizar em 01 de abril de 2026, às 16h00min, na plataforma eletrônica: <https://licitacaoofranciscoma.com.br/>, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO (ELETRÔNICO) nº 008/2026 – SRP. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços laboratoriais de análises clínicas, compreendendo coleta, processamento, análise e emissão de laudos de exames laboratoriais destinados ao atendimento das demandas da rede municipal de saúde de São Francisco do Maranhão, em conformidade com Termo de Referência disposto no Anexo I do Edital, sob a regência da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e demais legislações pertinentes. O Edital e seus anexos estão à disposição das 08h00 às 12h00, no endereço da Praça Senador Bernardino Viana, s/n – centro – São Francisco do Maranhão-MA, de segunda a sexta-feira, onde poderão ser consultados/obtidos gratuitamente ou poderá ser retirado gratuitamente nos sites: <https://www.saofranciscodomaranhao.ma.gov.br/>, <https://licitacaoofranciscoma.com.br/> e <https://app.tcma.tc.br/sinc-contrata/mural/procedimento>. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou através do E-mail: cpl-saofranciscoma2025@gmail.com. São Francisco do Maranhão-MA, 17 de março de 2026. Franciane Mendes de Moura – Pregoeira.

SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃOAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO-MA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.089.163/0001-79, situado a Praça Senador Bernardino Viana, s/n – centro – São Francisco do Maranhão – Estado do Maranhão, torna público aos interessados, do ramo compatível e pertinente, que fará realizar em 06 de abril de 2026, às 09h00min, na plataforma eletrônica: <https://licitacaoofranciscoma.com.br/>, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO (ELETRÔNICO) nº 009/2026 – SRP. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de roço manual da vegetação dos acostamentos das estradas vicinais e prédios públicos, além de limpeza final em toda zona rural do município de São Francisco do Maranhão, em conformidade com Termo de Referência disposto no Anexo I do Edital, sob a regência da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e demais legislações pertinentes. O Edital e seus anexos estão à disposição das 08h00 às 12h00, no endereço da Praça Senador Bernardino Viana, s/n – centro – São Francisco do Maranhão-MA, de segunda a sexta-feira, onde poderão ser consultados/obtidos gratuitamente ou poderá ser retirado gratuitamente nos sites: <https://www.saofranciscodomaranhao.ma.gov.br/>, <https://licitacaoofranciscoma.com.br/> e <https://app.tcma.tc.br/sinc-contrata/mural/procedimento>. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou através do E-mail: cpl-saofranciscoma2025@gmail.com. São Francisco do Maranhão-MA, 17 de março de 2026. Franciane Mendes de Moura – Pregoeira.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 30 de Março de 2026, a partir das 11h00

2º Público Leilão: 02 de Abril de 2026, a partir das 13h00

MARIA BEATRIZ DE BARROS SANTORO VILELA MORAES, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 1126, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário CASA DO ADUBO S.A., doravante designada VENDEDORA, inscrita no CNPJ sob nº 28.138.113/0030-01, com sede na Rodovia BR-010, nº 1343, Maranhão Novo, Imperatriz/MA, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos da Escritura Pública de Abertura de Crédito com Garantia de Alienação Fiduciária e Outras Avenças, datado em 03/12/2021, os seguintes imóveis em lote único: Uma Gleba de terras, imóvel Rural, com a denominação de Chácara São Pedro, no município de Senador La Rocque/MA, com área de 11,0121ha (onze hectares, um ares e vinte e um centiares), Perímetro(m) 1.541,17m, melhor descrito em sua matrícula. Matrícula nº 2129 do Cartório Oficial de Senador La Rocque/MA. Código do imóvel no INCRA 9500418154891, CIB: 6.940.567-0, Registro no CAR: MA-2111763-830B.11AA.C7B2.4836.B46D.371C.4873.D2E1, Nº do CCIR: 68020634241, Cadastro Municipal: 01.0002.0056.0000.0000-56. E uma Gleba de terras, no município de Senador La Rocque/MA, com a denominação de Fazenda Francisco, Lote 620, situado na Gleba Arapari, Olho D'água, com área de 66,9384 ha, localizada à 29 km da margem direita da Vicinal Mucuiba/Novo Brasília, entrando na altura do Povoado Boca da Mata, com os limites e confrontações, melhor descrito em sua matrícula. Matrícula nº 1735 do Cartório Oficial de Senador La Rocque/MA. Código do imóvel no INCRA 1100350280888, REGISTRO NO CAR: MA-2111763-830B.11AA.C7B2.4836.B46D.371C.4873.D2E1, Nº do CCIR: 06630734053. Cadastro Municipal: 01.0002.0057.0000.0000-57. 1º PÚBLICO LEILÃO com lance mínimo igual ou superior ao VALOR: R\$ 945.873,80 (Novecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e oitenta centavos) 2º PÚBLICO LEILÃO com lance mínimo igual ou superior ao VALOR: R\$ 1.647.663,82 (Um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos). O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Devedores Fiduciários RICARDO BALBINO DA SILVA ALVES, RG nº 028725052005-5-GEIUSPC-MA, CPF nº 028.617.913-06 e sua esposa SABRYNA SILVA SOUSA, RG nº 048334492013-0/SESP/MA, CPF nº 614.287.163-51, e FERNANDO LIMA MIRANDA, RG nº 019383852002-6, CPF nº 600.644.863-70, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Rua Henrique Monteiro,
nº 125 - 2º andar - Pinheiros, São Paulo - SP | CEP: 05423-020.BARRA DO CORDA
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDAEXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 525/2026 – Barra do Corda/MA. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de livros didáticos para as crianças da educação infantil (creche/pré-escola) da rede pública de ensino, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Barra do Corda – MA. INEXIGIBILIDADE Nº. 006/2026. Contratado: OPÇÃO COMERCIO E SERVICOS LTDA, com o CNPJ nº 48.723.526/0001-26. Contratante: sob o CNPJ de nº 06.769.798/0001-17, através da Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.075.161/0001-20. Valor Global de R\$ 2.377.738,00 (dois milhões, trezentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais). Unidade Orçamentária 2521 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Função 12 – Educação. Sub – Função 361 – Ensino Fundamental. Programa 1012 – Gestão e Melhoria do Sistema Educacional. Projeto Atividade 2.029 – Gestão do Programa Salário Educação – QSE. Classificação Econômica 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Fonte de Recurso 1550000000 – Transferência do Salário Educação. Unidade Orçamentária – 1601 – Secretaria Municipal de Educação Função – 12 – Educação. Sub-função – 365 – Educação Infantil. Programa – 1012 – Gestão e Melhoria do Sistema Educacional. Projeto Atividade – 2.039 – Gestão do ensino Infantil. Classificação Econômica – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Fonte de Recurso – 1500100100 – Receita de Imposto e Transf. – Educação. Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. DATA: Barra do Corda (MA), 17 de março de 2026. ASS: JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO. Secretário de Educação/Barra do Corda – MA.

BARRA DO CORDA
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDAEXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 526/2026 – Barra do Corda/MA. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de livros didáticos para as avaliações externas para o fundamental I e II da rede pública de ensino, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Barra do Corda – MA. INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2026. Contratado: OPÇÃO COMERCIO E SERVICOS LTDA, com o CNPJ nº 48.723.526/0001-26. Contratante: sob o CNPJ de nº 06.769.798/0001-17, através da Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 06.075.161/0001-20. Valor Global de 2.620.715,00 (dois milhões, seiscentos e vinte mil, setecentos e quinze reais). Unidade Orçamentária 2521 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Função 12 – Educação. Sub – Função 361 – Ensino Fundamental. Programa 1012 – Gestão e Melhoria do Sistema Educacional. Projeto Atividade 2.029 – Gestão do Programa Salário Educação – QSE. Classificação Econômica 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Fonte de Recurso 1550000000 – Transferência do Salário Educação. Unidade Orçamentária – 1601 – Secretaria Municipal de Educação Função – 12 – Educação. Sub-função – 361 – Ensino Fundamental. Programa – 1012 – Gestão e Melhoria do Sistema Educacional. Projeto Atividade – 2.051 – Gestão do ensino fundamental. Classificação Econômica – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Fonte de Recurso – 1500100100 – Receita de Imposto e Transf. – Educação. Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. DATA: Barra do Corda (MA), 16 de março de 2026. ASS: JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO. Secretário de Educação/Barra do Corda – MA.

São Luís, quinta-feira, 19 de março de 2026

TOQUE DE CAIXA

Caixeiros do Divino de Alcântara se apresentam CCVM

Integrando a programação de março do CCVM, o grupo de Caixeiros do Divino Espírito Santo de Alcântara (MA) apresenta nesta quinta-feira (19), às 19h, o espetáculo "Toque de Caixa: Divina Ancestralidade Alcantarense".

As caixeiros são mulheres que, dentro da Festa do Divino Espírito Santo, são responsáveis pelos cantos e tambores entoados em prece. As festividades, celebradas anualmente no mês de maio, possuem força ímpar no Maranhão — tendo a cidade de Alcântara como grande destaque.

A apresentação preparada especialmente para o Pátio Aberto, trará simbolicamente os principais momentos da celebração do Divino Espírito Santo, representados em seus toques de caixas, tendo as caixeiros como verdadeiras guardiãs dessa longa tradição.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 5379/2010
CITACÃO DE ACUSADA POR EDITAL
CITACÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar nº 5379/2010, instituída por meio da Portaria CPAD nº 062, de 02 de fevereiro de 2026 do Chefe da Assessoria Jurídica - ASJUR/SEDUC, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 023, de 04 de fevereiro de 2026, faz saber a **CONCEIÇÃO DE MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA, Professor I, ID *****6-00 (matrícula nº *****46)**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como servidora arguida, incurso no art. 228, II da Lei nº. 6107/94, configurando, assim, indícios de possível cometimento de infração administrativa de abandono de cargo.

E, constando dos Autos que o servidor arguido encontra-se em local incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital, às 11h00min**, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala de CPAD/SEDUC, localizada na Rua das Figueiras, s/nº, Jardim São Francisco, São Luís, Estado do Maranhão, a fim de apresentar em banca as testemunhas que deseja arrolar em sua defesa e para ser interrogada sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência da Servidora Arguida conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado em Jornal de Grande Circulação.

São Luís/MA, 13 de março de 2026.
Marlos Patrício Gomes Pessoa
Presidente



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 30184/2021
(Apenso Proc. nº 251428/2017) CITACÃO DE ACUSADA POR EDITAL
CITACÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar nº 30184/2021 (Apenso Proc. nº 251428/2017), instituída por meio da Portaria CPAD nº 064, de 02 de fevereiro de 2026 do Chefe da Assessoria Jurídica - ASJUR/SEDUC, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 023, de 04 de fevereiro de 2026, faz saber a **SÔNIA DE FÁTIMA FREITAS E SILVA, Professor III, ID *****-01 (matrícula nº *****8)**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como servidora arguida, incurso no art. 228, II da Lei nº. 6107/94, configurando, assim, indícios de possível cometimento de infração administrativa de abandono de cargo.

E, constando dos Autos que o servidor arguido encontra-se em local incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital, às 14h00min**, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala de CPAD/SEDUC, localizada na Rua das Figueiras, s/nº, Jardim São Francisco, São Luís, Estado do Maranhão, a fim de apresentar em banca as testemunhas que deseja arrolar em sua defesa e para ser interrogada sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência da Servidora Arguida conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado em Jornal de Grande Circulação.

São Luís/MA, 13 de março de 2026.
Marlos Patrício Gomes Pessoa
Presidente



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETARIA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO, ADJUDICAÇÃO
E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº SEDUC/0001/2026

Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2026 - CSL/SEDUC

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, na qualidade de Ordenadora de Despesas, e no uso das atribuições legais no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as informações, justificativas, documentos e parecer contidos no Processo Administrativo nº 00001/2026, originário da Supervisão de Espaços e Recursos Pedagógicos - SUPERP/SAGEA/SEDUC.

RESOLVE:

AUTORIZAR, ADJUDICAR e HOMOLOGAR o resultado da Contratação Direta, com fulcro na Lei 14.133/2021, Art. 74, I - **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para contratação da **CIENTIK TV EDUCATIVA INTERNET LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.988.181/0001-07, para contratação de empresa especializada no fornecimento de e-books de Educação Digital e Midiática, com suporte de difusão via streaming OTT, com videoaulas e apostilas, avaliações em formato de quiz, compreendendo também a criação, produção e fornecimento de conteúdos sob demanda, recursos digitais de mídia, incluindo publicações, gravações e edições de posts, aulas, reportagens, lives, aplicações de realidade virtual, entre outros, bem como a prestação de serviços técnicos especializados, visando a implementação da educação digital e midiática em conformidade com a Resolução Digital (Lei 14.533/2023), de modo a viabilizar a execução curricular da EDM a partir de 2026, conforme especificações, quantitativos e condições contidas no Termo de Referência, a presente contratação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com valor total de R\$ 158.108.378,40 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), essa despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária e Financeira: **PROGRAMA:** 0612; **AÇÕES:** 6097; **SUBAÇÃO:** CÓDIGO: 029726; **NOME:** TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; **FONTE:** 2.5.43.105000; **NATUREZA:** 33.90.40.19.

Nesta oportunidade, determino a publicação deste Ato.
São Luís - MA, 17 de março de 2026.

JANDIRA DIAS ARAÚJO SILVA
Secretária de Estado da Educação - SEDUC/MA



A Vale S.A. torna público que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA em 06/03/2026, a Renovação da Outorga de Direito de Uso nº 0764505/2025 para a captação subterrânea na Formação Itapecuru em poços situados no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - TMPM, em São Luís/MA, conforme dados constantes no processo nº 24060025953/2024.



A ENEVA S.A. torna público que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - SEMA, a Licença Prévia para Perfuração, para as atividades perfuração de poços exploratórios de gás natural nos Blocos PN-T-66 e 67 - Bacia do Parnaíba, conforme processo nº 25060009103/2025, localizado municípios de Poço de Pedras, Lago dos Rodrigues, Lago do Junco, Esperantinópolis e Lago da Pedra - MA.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 060/2026 - CSL/SEGOV-MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05337

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reforma, ampliação e adaptação de prédios e logradouros públicos - REGIONAL AÇAILANDIA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.

FORMA: ELETRÔNICA

NOVA DATA DE ABERTURA: às 08h00min do dia 28/04/2026, horário de Brasília/DF

MOTIVO: Conforme Errata nº 001

Local de Realização: Portal de Compras do Estado do Maranhão: www.licitama.com.br.

Edital e demais informações do processo licitatório estão em: <https://www.segov.ma.gov.br> ou <https://www.gov.br/pncp>

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 - Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail csi@segov.ma.gov.br.

São Luís (MA), 17 de março de 2026.

André Ricardo Borges Oliveira

Agente de Contratação

Secretaria de Governo do Estado do Maranhão - SEGOV/MA



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 063/2026 - CSL/SEGOV-MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05886

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reforma, ampliação e adaptação de prédios e logradouros públicos - REGIONAL LAGO DA PEDRA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.

FORMA: ELETRÔNICA

NOVA DATA DE ABERTURA: às 09h00min do dia 27/04/2026, horário de Brasília/DF

MOTIVO: Conforme Errata nº 001

Local de Realização: Portal de Compras do Estado do Maranhão: www.licitama.com.br.

Edital e demais informações do processo licitatório estão em: <https://www.segov.ma.gov.br> ou <https://www.gov.br/pncp>

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 - Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail csi@segov.ma.gov.br.

São Luís (MA), 17 de março de 2026.

André Ricardo Borges Oliveira

Agente de Contratação

Secretaria de Governo do Estado do Maranhão - SEGOV/MA



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 065/2026 - CSL/SEGOV-MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05888

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reforma, ampliação e adaptação de prédios e logradouros públicos - REGIONAL SÃO JOÃO DOS PATOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.

FORMA: ELETRÔNICA

NOVA DATA DE ABERTURA: às 09h00min do dia 28/04/2026, horário de Brasília/DF

MOTIVO: Conforme Errata nº 001

Local de Realização: Portal de Compras do Estado do Maranhão: www.licitama.com.br.

Edital e demais informações do processo licitatório estão em: <https://www.segov.ma.gov.br> ou <https://www.gov.br/pncp>

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 - Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail csi@segov.ma.gov.br.

São Luís (MA), 17 de março de 2026.

André Ricardo Borges Oliveira

Agente de Contratação

Secretaria de Governo do Estado do Maranhão - SEGOV/MA

A EQUATORIAL ENERGIA MARANHÃO, inscrita no CNPJ Nº 06.272.793/0001-84, torna público que RECEBEU junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA, a Licença de Operação Nº 1012877/2026, conforme processo Nº 25060034457/2025, para a Linha de Distribuição Presidente Dutra a Dom Pedro, localizada nos municípios de Presidente Dutra e Dom Pedro - Maranhão.

equatorial
ENERGIA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047-11/02/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: Município de Riachão-MA.

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos destinados à estruturação e ao aparelhamento dos consultórios odontológicos das unidades de saúde do Município de Riachão/MA.

MODALIDADE: PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO

ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO: Do dia 23/03/2026 às 08h00min. ao dia 03/04/2026 às 08h59min. Horário de Brasília/DF.

ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA: Dia 06/04/2026 às 09h00min. Horário de Brasília/DF.

OBTEÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido ou consultado na nos seguintes endereços eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no <https://www.gov.br/pncp>, e no site eletrônico da Prefeitura Municipal de RIACHÃO/MA, <https://www.riachao.ma.gov.br/licitacoes/>. Mais informações poderão ser consultadas e obtidas através do e-mail da Comissão de Contratação: cprriachao.ma@gmail.com.

Riachão/MA, 18 de março de 2026.

SOLANGE TEIXEIRA LIMA

Secretária Municipal de Saúde

FESTIVAL

"Revelação Rock Maranhense" impulsiona novas bandas autorais em São Luís

A cena do rock independente no Maranhão ganha um novo fôlego com a realização do festival Revelação Rock Maranhense, marcado para o próximo dia 21 de março, a partir das 19h no The Rock SLZ, localizado na rua dos trapiches, 59 - Centro, São Luís. O evento surge como uma vitrine estratégica para bandas emergentes que buscam consolidar seus trabalhos autorais e ocupar espaços de visibilidade na cultura local. Com uma proposta que une suporte logístico e formação de público, a iniciativa pretende fortalecer o movimento do rock na região, oferecendo palco e estrutura profissional para talentos que estão começando a despontar no cenário maranhense.



A programação da noite contará com quatro apresentações distintas, refletindo a diversidade de gêneros que compõem o rock contemporâneo do estado. Sobem ao palco as bandas Cínica, Projeto K, Kavala Kanga e MTV, cada uma trazendo repertórios autorais que variam entre diferentes pesos e intensidades sonoras. O festival foi desenhado para permitir que cada grupo apresente sua identidade musical plena, promovendo um espetáculo que promete alta energia para os entusiastas do gênero e para aqueles que buscam descobrir novas sonoridades produzidas na Ilha.

Para os organizadores, o Revelação Rock Maranhense transcende o formato de um show isolado, posicionando-se como um projeto de incentivo contínuo à produção independente. A meta é transformar o festival em um evento recorrente, servindo como um celeiro de talentos onde a próxima grande banda do Maranhão possa encontrar seu ponto de partida.

Ao fomentar um ambiente de troca entre artistas e espectadores, o projeto ajuda a manter viva a chama do rock autoral, garantindo que a renovação artística do estado aconteça de forma estruturada.

O fortalecimento da cena local é o principal combustível da iniciativa, que aposta na união das bandas e no engajamento do público para manter a relevância do rock maranhense. Com a expectativa de atrair fãs ávidos por novidades, o evento de 21 de março marca o início de um ciclo de valorização da música autoral, provando que a produção cultural independente continua pulsante e criativa em São Luís.

Ingressos

Os ingressos estão sendo vendidos por R\$ 10, com vendas antecipadas pelo número: (98) 99242-4398

Local: the rock (Praia Grande)

Instagram: @therock.slz

Horário: a partir 19h00



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 001/2026 - CPL/ALEMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0543/2026 - ALEMA

OBJETO: Aquisição de suprimentos de consumo para impressoras térmicas utilizadas no Núcleo de Protocolo da ALEMA, especificamente: (a) 96 rolos de etiquetas autoadesivas nas dimensões 70mm x 40mm, material Couche 90g/m², com tubete de 1 polegada, compatíveis com impressora térmica GDX BPX320; e (b) 42 unidades de ribbon (fita térmica) nas dimensões 110mm de largura por 74,91 metros de comprimento, compatível com a mesma impressora, com composição de cera/resina para impressão de alta qualidade e durabilidade.

DATA DA ABERTURA: 26 de março de 2026 às 08:00hs.

LOCAL DA ABERTURA: A sessão será realizada através do Portal Licita ALEMA, pelo endereço eletrônico www.licitaalema.com.br. Informações adicionais disponíveis em www.al.ma.leg.br e www.licitaalema.com.br.

São Luís (MA), 26 de fevereiro de 2026.

Lincoln Christian Nolêto Costa
Pregoeiro

MEDICINA DIAGNÓSTICA

O estado da arte em patologia digital

Jantar Científico com palestra do patologista e presidente da Sociedade Brasileira de Patologia Dr. Gerônimo Jr

A medicina diagnóstica no Maranhão começa a viver uma nova fase com a chegada do Lacmar Patologia, iniciativa que promete elevar o padrão das análises patológicas no estado por meio de investimentos em tecnologia digital, integração entre especialidades médicas e parcerias com referências nacionais da área.

O projeto foi apresentado em São Luís durante um jantar científico voltado a gastroenterologistas, endoscopistas e proctologistas, especialidades que concentram grande parte das demandas por biópsias no laboratório.

O evento reuniu esses profissionais para uma discussão sobre os avanços na área, e para apresentar a associação do Lacmar com o médico Dr. Gerônimo Junior, uma das maiores autoridades brasileiras em Anatomia Patológica, atual Presidente da Sociedade Brasileira de Patologia (SBP) para o biênio 2025-2026 e Diretor do Lacmar Patologia.

Durante o encontro, Dr. Gerônimo

Junior conduziu a palestra “Muito Além da Biópsia Gastrointestinal: Como a Interação clínico-patológica muda o desfecho do paciente”, destacando que o diagnóstico em patologia depende cada vez mais de uma relação estreita entre médicos especialistas e patologistas, apoiada pela tecnologia de ponta – a qual acelera o diagnóstico – mas não exclui a relação humana, direta e necessária.



Segundo ele, a qualidade da informação clínica e da coleta da amostra

pode alterar de forma significativa o resultado final do diagnóstico. “O diagnóstico em patologia gastrointestinal não é um ato isolado. É um processo colaborativo que depende da integração entre quem coleta a amostra, quem acompanha o paciente e quem analisa o material. Quando clínicos, endoscopistas e patologistas trabalham juntos, quem ganha é o paciente”, afirmou o Diretor do Lacmar Patologia.



Anúncio de uma nova estrutura tecnológica



Além da parceria científica, o Lacmar anunciou investimentos estruturais que incluem a implantação de um parque tecnológico (NTO) próprio e de última geração voltado à patologia, atualmente em construção na sede do laboratório, em São Luís.

De acordo com o Diretor – Presidente do Lacmar Laboratório, Vinícius Braid, o projeto envolve a importação de equipamentos de ponta voltados para patologia digital, capazes de realizar a digitalização de lâminas de biópsia com altíssima resolução. Essa tecnologia vai permitir que os exames sejam analisados digitalmente e compartilhados em tempo real com especialistas de qualquer região do país. Segundo Vinícius Braid, São Luís terá em breve um serviço com status de estado da arte em patologia:

“Esse evento marca um momento muito especial para o Lacmar com a vinda da nova divisão Lacmar Patolo-

gia, que chega em São Luís com diversos diferenciais, tais como laudos mais seguros e mais rápidos. Nós formamos uma equipe altamente treinada, especializa e com muita experiência em laudar vários tipos de peças complexas sob o comando do Dr. Gerônimo Jr. Montamos essa equipe de patologistas de referência nacional, usando a patologia 100% digital para entregar o que há de melhor nesse setor. E mais, anunciamos a inauguração do nosso NTO São Luís, que terá um padrão estado da arte, e para o qual estamos importando máquinas de ponta em tecnologia” anunciou.

Demanda crescente

A aposta no setor de patologia acompanha uma demanda crescente por exames de biópsia, especialmente nas áreas digestivas. Segundo a gestora do laboratório, Susana Viana, gastroenterologia e proctologia estão en-

tre as especialidades que mais requisitam esse tipo de análise no Lacmar.

“Já atuamos nessa área em sociedade com o Laboratório Lapac, do Piauí; e até 2027 teremos o nosso próprio parque tecnológico de última geração voltado para a Patologia. Atualmente muitos exames de biópsia levam até cinco dias para ficarem prontos. Com a estrutura que estamos implantando e a digitalização das lâminas, conseguimos tornar esse processo mais ágil e com maior qualidade diagnóstica”, afirmou. Ela reforça como a digitalização dos exames permitirá um novo modelo de diagnóstico mais colaborativo. “Com as biópsias digitais sendo realizadas aqui em São Luís, os exames poderão ser analisados por médicos em todo o país em tempo real, trazendo ainda mais agilidade e precisão para os pacientes”, explicou a gestora do Lacmar Laboratório Susana Viana.

NOVOS INVESTIMENTOS

Trem de passageiros completa 40 anos, anuncia viagens diárias e internet a bordo

O Trem de Passageiros da Estrada de Ferro Carajás (EFC), administrado pela Vale, completa 40 anos de operação esta semana, consolidado como um dos serviços ferroviários mais relevantes do Brasil e anuncia novos investimentos. A partir de 2027, o trem contará com viagens diárias de ida e volta entre o Maranhão e o Pará; e ainda este ano, a partir de julho, terá um sistema de internet a bordo, semelhante ao utilizado em voos comerciais.



Com 861 quilômetros de trajeto, o trem de passageiros da EFC interliga dois estados, percorrendo 27 municípios: 23 no MA e 4 no PA. Trata-se da maior distância percorrida por um trem de passageiros no Brasil, o que torna a Estrada de Ferro Carajás um caso singular no cenário da mobilidade ferroviária nacional.

De acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), existem atualmente apenas duas linhas regulares de trens de passageiros em operação no país: a Estrada de Ferro Carajás; e a Estrada de Ferro Vitória a Minas, com 664 quilômetros de extensão, ligando Minas Gerais ao Espírito Santo. Ambas são operadas pela Vale.

Serviço essencial, aprovado pelos usuários

Ao longo de quatro décadas, o Trem de Passageiros da EFC consolidou-se como uma alternativa segura, acessível e confiável de transporte, alcançando cerca de 90% de satisfação entre os usuários. Em 2025, foram 419 mil bilhetes emitidos. O serviço também tem papel fundamental na redução da dependência do modal rodoviário: uma viagem transporta até 2 mil passageiros em alta temporada, o equivalente a 44 ônibus de 45 lugares.

Além do impacto direto na mobilidade, o trem também se destaca pelo benefício ambiental. Isto porque, as ferrovias são, de maneira geral, mais eficientes em carbono do que o transporte rodoviário, com potencial de redução de emissões de até 85% quando comparadas ao transporte por ônibus.

Outro diferencial importante está no custo para o usuário. As tarifas do Trem de Passageiros chegam a ser a metade do valor praticado pelo transporte rodoviário em trechos equivalentes, ampliando o acesso da população a um transporte de longa distância mais econômico. “O trem de Passageiros presta um serviço essencial, seguro, de qualidade, com preço justo e por isso faz parte da vida das comunidades do Maranhão e do Pará há 40 anos. E ano a ano a gente continua dedicado a oferecer uma experiência de viagem de valor agregado ainda maior, firmando parcerias e trazendo mais serviços e cidadania a bordo”, destacou João Jr, diretor de operação da EFC na Vale.

Cidadania, inclusão e geração de renda sobre trilhos

Mais do que transportar passageiros, o Trem também atua como uma plataforma de inclusão, geração de renda e cidadania. O vagão social, acoplado em datas programadas ao trem regular, oferece programação voltada à segurança ferroviária, acesso à cidadania, justiça, empreendedorismo feminino e cultura, ampliando assim o valor agregado de cada viagem.

Em relação à cidadania, o destaque é o projeto “Vagão da Conciliação”, realizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão. Ao longo de oito edições realizadas em 2025, a iniciativa alcançou cerca de 99% de taxa de acordos, com mais de mil atendimentos jurídicos gratuitos realizados, incluindo serviços como divórcio, união estável, pensão, regularização eleitoral e renegociação de dívidas. Também registrou R\$ 582 mil em valores negociados. O vagão da Conciliação deve continuar em 2026 em viagens previamente divulgadas.

MANUTENÇÃO

Viagens no sistema de ferryboat são suspensas

Secretaria de Estado de Governo informa aos passageiros e usuários do sistema de ferryboat que, devido à manutenção preventiva na embarcação Cidade de Araiões

A crise no sistema de ferryboat do Maranhão voltou a impactar diretamente os usuários nesta quarta-feira (18), com a suspensão de viagens após novas falhas mecânicas em embarcações. De acordo com a Secretaria de Estado de Governo do Maranhão, os problemas atingem a operação em um momento já marcado por críticas recorrentes à precariedade do serviço, reacendendo questionamentos sobre a segurança e a regularidade da travessia entre os terminais da Ponta da Espera e do Cujupe.

Segundo o órgão, as viagens das 15h30, saindo da Ponta da Espera, e das 18h30, partindo do Cujupe, foram canceladas em razão de manutenção preventiva e corretiva na embarcação Cidade de Araiões. A situação foi agravada por uma falha mecânica — no acoplamento da reversora — identificada na embarcação que faria a substituição.

Diante do cenário, a secretaria informou que acionou todas as opera-

doras para implementar um plano de contingência. Em articulação com a empresa Henvil Transportes, foi definida a realocação de veículos previstos para os horários de 10h, 12h30, 15h30 e 18h30 em viagens subsequentes operadas pela própria companhia.

Apesar das suspensões, a Segov afirmou que a operação segue com baixa formação de filas e sem registros de reclamações nos terminais. A pasta também informou que a embarcação Cidade de Alcântara tem previsão de retorno às atividades nesta quinta-feira (19), a partir das 18h, o que deve contribuir para a normalização do sistema. Ainda assim, o episódio reforça um histórico recente de instabilidade. Em outubro de 2025, a embarcação Cidade de Araiões apresentou três falhas em um intervalo de cinco dias, incluindo um encalhe em banco de areia com mais de 100 passageiros a bordo, gerando forte repercussão na Baixada Maranhense.

A crise estrutural do sistema vai além de episódios pontuais. Relatóri-

os do Ministério Público do Maranhão apontam irregularidades frequentes nos terminais, incluindo falhas de higiene, acessibilidade e segurança. Inspeções já identificaram situações de risco, como o compartilhamento de rampas entre pedestres e veículos, elevando o perigo de acidentes.

Atualmente, a gestão do sistema é de responsabilidade da Empresa Maranhense de Administração Portuária, enquanto a venda antecipada de passagens é realizada por meio da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos. Relatos recentes indicam que tarifas para veículos de passeio variam entre R\$ 100 e R\$ 130, dependendo do modelo e do dia da semana.

Com uma frota considerada limitada e envelhecida, composta por embarcações como São Gabriel, Cidade de Araiões, Cidade de Cururupu e Cidade de Pinheiro, o sistema enfrenta dificuldades para atender à demanda com regularidade.

FIQUE POR DENTRO

Após chuvas, situação de emergência é declarada em Tuntum; moradores podem sacar FGTS

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional reconheceu, nesta quarta-feira (18), a situação de emergência na cidade de Tuntum, na região central do Maranhão, devido às fortes chuvas que atingem o município.

Com o reconhecimento, moradores da cidade passam a ter direito ao saque calamidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), disponibilizado pela Caixa Econômica Federal.

Como funciona o benefício?

O benefício permite que trabalhadores retirem parte do saldo do FGTS para ajudar na recuperação de prejuízos causados por desastres naturais, como alagamentos e enxurradas.

Como realizar o saque?

Para acessar o saque, o trabalhador deve ter saldo disponível no FGTS e não ter realizado retirada pelo mesmo motivo em um intervalo inferior a 12 meses. O pedido pode ser feito pelo aplicativo FGTS, disponível para celular.

No app, é necessário selecionar a opção "Saque Calamidade", informar o município e enviar documentos pessoais e um comprovante de residência em nome do trabalhador, emitido até 120 dias antes da decretação da emergência.

Após a análise, o valor é depositado em uma conta indicada pelo solicitante, podendo ser da própria Caixa ou de outro banco.

Passo a passo para solicitar o saque FGTS

Baixe o app FGTS e insira as informações de cadastro; Acesse a opção "Solicitar seu saque 100% digital" ou, no menu inferior, vá em "Saques" e selecione "Solicitar saque";

Clique em "Calamidade pública", informe o nome do município e selecione-o na lista;

Escolha o tipo de comprovante de endereço, digite o CEP e o número da residência;

Encaminhe os seguintes documentos: Foto de documento de identidade;

Comprovante de residência em nome do trabalhador, emitido até 120 dias antes da decretação da calamidade;

Escolha a conta para crédito do valor (Caixa ou outro banco) e envie a solicitação. Informações sobre a documentação

Documento de identidade: também são aceitos RG, CNH ou passaporte (frente e verso); Selfie: (foto de rosto) com o documento de identidade visível;

Comprovante de residência em nome do trabalhador: conta de luz, água, telefone, gás, fatura de internet/TV, cartão de crédito, entre outros, emitido até 120 dias antes da decretação da calamidade;

Caso não possua comprovante de residência, o trabalhador poderá apresentar: Declaração do município atestando residência na área afetada;

Declaração própria com nome completo, CPF, data de nascimento e endereço completo com CEP (as informações serão verificadas pela Caixa nos cadastros oficiais do Governo Federal); Certidão de casamento ou escritura pública de união estável, caso o comprovante de residência esteja em nome do cônjuge ou companheiro(a).

MAIS RIGOR

MEC pune cursos de Medicina supervisão no estado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA), NO CAMPUS DE PINHEIRO SERÁ SUPERVISIONADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) aplicou sanções severas ao curso de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Santa Inês, além de abrir processos de supervisão contra unidades da Universidade Ceuma (São Luís e Imperatriz) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus de Pinheiro. As medidas, publicadas nesta terça-feira (17), são decorrentes do desempenho insatisfatório dessas instituições no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) de 2025.

A situação mais crítica é a da Afya em Santa Inês, que obteve Conceito Enade 2 e baixo índice de proficiência entre os alunos. Como punição cautelar, o MEC determinou a redução de 25% nas vagas de ingresso, a suspensão de novos contratos do Fies e a proibição de aumento de vagas ou recebimento de benefícios regulatórios. A instituição também sofreu restrições em programas federais de acesso

ao ensino. Tais medidas valem até a divulgação dos resultados do Enamed 2026, podendo ser revistas ou ampliadas conforme o processo de supervisão instaurado.

Cursos sob investigação

Além da Afya, outros três cursos de Medicina no estado entraram na mira do ministério por também receberem nota 2: as unidades do Ceuma em São Luís e Imperatriz, e o campus da UFMA em Pinheiro. Para estas instituições, o MEC instaurou procedimentos preparatórios de supervisão. Todas as faculdades notificadas têm o prazo de 30 dias para apresentar manifestação oficial à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

Nacionalmente, a ofensiva do MEC busca assegurar a qualidade da formação médica e proteger a população atendida pelos futuros profissionais.

No Maranhão, dos oito cursos avaliados, metade apresentou desempenho insuficiente. Em contrapartida, unidades como a UEMA (Caxias) e os campi da UFMA em São Luís e Imperatriz mantiveram indicadores positivos com nota 4, enquanto a Uemasul (Imperatriz) obteve nota 3.

Posicionamento da Afya

Em nota, a Afya declarou ter sido "surpreendida" pelas portarias, alegando que ainda aguarda o retorno de recursos abertos junto ao Inep que podem alterar as notas de 2025. A instituição defendeu o exame, mas criticou a primeira versão do Enamed, afirmando que o processo foi prejudicado por mudanças de regras promovidas pelo MEC após a aplicação das provas. A faculdade informou que focará na defesa administrativa e judicial, além de priorizar a preparação para o ciclo de 2026.



O Maranhão tem papel central na Amazônia Legal: 181 dos seus 217 municípios estão na região, o que evidencia sua responsabilidade na proteção ambiental.

FIEMA e Fecomércio-MA reforçam presença empresarial no Fórum de Governadores da Amazônia Legal

A FIEMA e a Fecomércio-MA prestigiaram, nesta segunda-feira (16), a posse do governador Carlos Brandão como presidente do Consórcio Amazônia Legal para 2026. O evento, realizado no Blue Tree Hotel, em São Luís, marcou a abertura do 29º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, reunindo chefes do Executivo dos nove estados da região.

Os presidentes Edilson Baldez (FIEMA) e Maurício Feijó (Fecomércio-MA) acompanharam os debates focados em desenvolvimento sustentável, bioeconomia e parcerias internacionais. Baldez, que também atua como vice-presidente da Ação Pró-Amazônia (CNI) e conselheiro da SUDAM, destacou a importância da integração regional para a agenda econômica. Entre os anúncios do Fórum, destacam-se a criação do Fórum de Turismo da Amazônia, o projeto regional de regularização fundiária e o apoio à Universidade Federal Indígena. Sob a nova liderança de Brandão, o Consórcio dará continuidade aos projetos iniciados na gestão de Helder Barbalho, com foco em ações integradas de segurança ambiental e no Plano Safra 2026/2027.

“A novidade é o Plano de Ecoturismo e a Câmara Temática, para que possamos explorar a região com sustentabilidade. Em cada reunião, colhemos frutos da anterior. Construimos propostas em áreas como segurança, educação, saúde, meio ambiente, agricultura familiar e planejamento, e essas trocas de experiências são muito importantes para aperfeiçoar a gestão”, avaliou o governador Carlos Brandão.



Edilson Baldez, a propósito, acompanha a pauta amazônica também em outras frentes. É vice-presidente da Ação Pró-Amazônia, da Confederação Nacional da Indústria



O Empório Fribal promove uma Oficina de Chocolates Artesanais com Fernanda Lisboa, da Chocolates Tapuio

Fernanda Lisboa comanda oficina de chocolates no Empório Fribal

Com o slogan “Feita para Partilhar”, a Páscoa do Empório Fribal propõe ressignificar a data. Tradicionalmente marcada por guloseimas e ovos de chocolate, a celebração ganha um novo olhar — ampliando-se para momentos de convivência, afeto e construção de memórias entre amigos e familiares. Abrindo essa programação especial, o Empório Fribal promove a Oficina de Chocolates Artesanais, que será realizada no dia 25 de março, das 19h às 22h, no Atelier Gourmet da unidade da Ponta D’Areia, em São Luís. Com vagas limitadas, o workshop traz técnicas e dicas para a produção de chocolates artesanais e será conduzido pela chocolatier Fernanda Lisboa, fundadora da marca maranhense Chocolates Tapuio. A marca se destaca pela produção no conceito tree to bar — da árvore à barra — com o uso de cacau orgânico cultivado em parceria com agricultores familiares.



O advogado e professor Paulo Henrique Mainier vai ministrar o curso “Reforma Tributária”, com início previsto para o dia 28 de maio, no ISAN-FGV

ISAN-FGV São Luís oferece curso de curta duração em “Reforma Tributária”

Estão abertas as inscrições para o curso “Reforma Tributária” no ISAN-FGV São Luís, com início previsto para 28 de maio. A disciplina será conduzida pelo professor e advogado Paulo Henrique Mainier, referência na área de Energia e Petróleo.

O treinamento de curta duração (16h), em um único fim de semana, visa preparar o mercado para as transformações trazidas pela Emenda Constitucional 132/2023. O programa detalha a transição dos antigos impostos (como ICMS e ISS) para o novo modelo, oferecendo ferramentas estratégicas para que profissionais atualizem o planejamento tributário de suas organizações diante das recentes leis complementares.

Com uma carreira consolidada na advocacia pública e privada, Mainier destaca-se pelas seguintes qualificações: Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa e especialista em Advocacia Pública pela UERJ (ESAP). Possui também especialização em Petróleo pela COPPE/UFRJ.